

# As divisões da sociedade de Judá por ocasião da queda de Jerusalém <sup>(1)</sup>

## I

O estado de letargia que atravessaram Egipto e potências mesopotâmicas permitira a criação de um vácuo político na Siro-Palestina, dando lugar à formação do Estado de Israel. Não obstante, em dois momentos decisivos, no último quartel do séc. VIII a. C. e nos princípios do séc. VI a. C., esse projecto davídico e salomónico fracassou, tornando a encerrar-se o espaço político anteriormente deixado aberto.

Situemo-nos, pois, nesse segundo momento, no decorrer do processo que conduz às invasões neo-babilónicas e tentemos ver como a sociedade de Judá e, particularmente, a de Jerusalém se encontravam divididas e, conseqüentemente, desmobilizadas.

## II

Começaremos, então, por definir e esclarecer o posicionamento político dos diversos grupos sociais e profissionais.

Os altos funcionários da administração real eram, simultaneamente, grandes proprietários fundiários e constituíam um grupo de pressão muito influente junto do rei, procurando moldar a orientação da política régia numa época em que a instituição real se reve-

---

<sup>1</sup> Com esta comunicação, retomamos parcialmente alguns dos aspectos desenvolvidos, em torno desta mesma temática, no nosso artigo: FRANCISCO CAMELO, «A sociedade de Judá perante as invasões neo-babilónicas do séc. VI a. C.: clivagens sociais e políticas», in *Arquipélago Revista da Universidade dos Açores série História*, vol. XI (1989), pp. 67-88.

lava enfraquecida. Este grupo manifestava-se, tendencialmente filo-egípcio (Ez 8,11-12), não perfilhando as críticas de Jeremias e colocava grandes esperanças num auxílio militar egípcio<sup>2</sup>, embora nós saibamos que o Egito não tinha condições para defrontar Nabucodonosor. O alto funcionalismo tinha grandes afinidades com o Egito. Desde os reinados de David e de Salomão que se seguiam os padrões egípcios de administração. Apesar de tudo, alguns sectores da Nobreza não concordavam com esta orientação da política real. Assim devemos interpretar Jer 36,14-20. Trata-se de um grupo de vozes discordantes que, se não se opunha abertamente, pelo menos, duvidava da forma como a política externa estava a ser conduzida.

A maioria das altas patentes do exército era, do mesmo modo, favorável à confrontação militar com Nabucodonosor. Após 701 a. C., verificou-se a substituição das tropas de mercenários por um exército de conscrição, visto aqueles se terem tornado demasiado dispendiosos<sup>3</sup>. Conforme nos sugere Lemaire, a irradiação de soldados estrangeiros não foi assim tão radical. A óstraca n.º 1 de Arad corrobora essa opinião:

- «1. A Elyashib. Et
2. maintenant donner aux Kittim
3. du vin: 3 b(ats) et
4. écrire le nom du jour.
5. Et du reste de la pre-
6. mière farine, tu
7. chargeras 1 Kor, de la farine
8. pour faire du pain
9. pour eux. Du vin
10. des cratères tu donneras.»<sup>4</sup>

Esta óstraca parece, pois, provar-nos a continuação dos serviços de soldados mercenários, os Kittim, designação atribuída aos gregos ou aqueles oriundos das ilhas do Mediterrâneo oriental, com forte implantação no Egito do séc. VII a. C.

<sup>2</sup> FLÁVIO JOSEFO, *Ant. Jud.* X, VI.

<sup>3</sup> R. DE VAUX, *Les Institutions de l'Ancien Testament*, II — *Institutions militaires*, les Éditions du Cerf, Paris, 4.ª ed., 1982, pp. 25-30.

<sup>4</sup> ANDRÉ LEMAIRE, *Inscriptions Hébraïques*, I — *Les Ostraca*, les Éditions du Cerf, Paris, 1977, p. 155.

Não podemos, no entanto, negar a redução considerável de contingentes de mercenários no país, bem como a evolução da organização militar para um exército de tipo conscritivo. Apesar de tudo, é provável a persistência de um exército de tipo profissional, um exército permanente ao serviço do rei<sup>5</sup> que velava pela vigilância e defesa do território. Os chefes (שָׂרִים, sārīm) deste exército regular eram também oriundos da Nobreza e como oficiais permanentes garantiam a eficácia da organização militar. Ora este grupo, constituído pelas chefias do exército, com origem nas famílias nobres do país, era, também ele, tendencialmente filo-egípcio. Dizemos tendencialmente porque também no seio deste grupo se faziam ouvir algumas vozes discordantes. Nem todos pensavam da mesma maneira e a óstraca n.º 6 de Láquish parece-nos, de facto, ser a expressão daqueles que defendiam uma solução pacífica e apoiavam um acordo com a Babilónia:

- «5. ...les paroles des officiers
6. ne sont pas bonnes pour abattre les mains des Chaldéens et
7. apaiser les mains des ennemis...»<sup>6</sup>

Não ia esta atitude de encontro às ideias de Jeremias?

Outro grupo de pressão muito influente era, obviamente, o Clero. Os sacerdotes e os profetas ligados ao Templo eram acusados de serem pecadores e de praticarem iniquidades (Lam 4,13). Ezequiel dedica-se, também, a descrever os «crimes» cometidos pelos sacerdotes e pelos profetas (Ez 22,26-28).

Por outro lado, o Clero tornara-se permeável às influências externas. Grassavam os cultos idólatras. A submissão de Judá, primeiro à Assíria e mais tarde ao Egipto, acabara por conduzir ao sincretismo religioso. A agravar esta situação, verificamos que durante todo o período monárquico, o fenómeno cosmopolita se acentuara. Os estrangeiros, cada vez mais numerosos, vinham conquistando uma progressiva importância junto da Corte e na sociedade em geral, o que certamente contribuiu para o desvirtuar dos ideais puros das Alianças davídica e mosaica. Agravava-se, por isso, a tensão entre *Israel ideal* e *Israel real*. A unidade religiosa do país,

<sup>5</sup> R. DE VAUX, *op. cit.*, p. 29.

<sup>6</sup> ANDRÉ LEMAIRE, *op. cit.*, p. 121.

essencial à unidade da *terra*, perdera-se. A reforma josiaca procura ainda restabelecer essa unidade utópica e imaginária, procura repor a centralização do culto em Jerusalém, abolindo os locais de culto periféricos. Mas foi em vão. A reconciliação nacional era agora uma ilusão.

De uma forma geral, o Clero, bem como os profetas associados ao Templo, eram partidários da confrontação com a Babilónia.

Os sectores do comércio internacional tinham um interesse directo na orientação da política externa. A situação geo-estratégica de Judá permitia-lhe o controle invejável sobre uma série de rotas comerciais de grande importância<sup>7</sup>. Judá constituía um privilegiado corredor de trânsito de mercadorias manufacturadas e de matérias-primas.

Nos finais do séc. VII a. C., o país sofreu um sério revés nos seus interesses económicos e comerciais ao serem-lhe retirados os territórios do Edom e o porto de Ezion-Gaber<sup>8</sup>. Por outro lado, como interpretarmos a profecia de Jeremias, em Jer 13,18-19, senão como a confirmação de que o reino de Edom tomara as cidades do Negev, provavelmente em 598 a. C.?

Não obstante, Judá reservava-se ainda alguma capacidade de intervenção no comércio internacional. Os sectores ligados a este comércio estavam, certamente, interessados na independência política de Judá. As trocas comerciais realizavam-se, preferencialmente, com os reinos fenícios e com o Egipto.

Na realidade, a agricultura continuava a ser a actividade económica predominante do país e o comércio internacional escassa influência produziu na economia local<sup>9</sup>. As invasões neo-babilónicas perspectivavam, para a «burguesia de Judá», a perda do controle das rotas comerciais que atravessavam o seu território. Este grupo, alinhava, consequentemente, com os reinos com que mantinha um estreito relacionamento comercial desde os tempos de Salomão. Assim, e de uma forma geral, os mercadores aderiram também ao partido filo-egípcio, tornando-se objecto das críticas acesas do profetismo místico, como podemos ver em Sof 1,11.

---

<sup>7</sup> M. ELAT, «Trade and Commerce», in BENJAMIN MAZAR (ed.), *The World History of the Jewish People*, V — *The Age of the Monarchies: Culture and Society*, Massada Press Ltd., Jerusalém, 1979, p. 186.

<sup>8</sup> A. AUGUSTO TAVARES, *Estudos da Alta Antiguidade*, Editorial Presença, Lisboa, 1983, p. 195.

<sup>9</sup> M. ELAT, cit., in BENJAMIN MAZAR (ed.), *op. cit.*, p. 186.

Por fim, os sectores industriais. Concentravam grande parte das suas actividades nas cidades e particularmente em Jerusalém. A maior parte estava organizada por «guildas» (משפחה, mišpāhāh), destinadas a satisfazer as necessidades da Corte<sup>10</sup>. Era um grupo intimamente ligado ao aparelho real e, naturalmente, partilhava as mesmas inclinações em termos de política externa.

Não perfilhando a corrente filo-egípcia, deparamos com uma Nobreza local e provincial, dedicada essencialmente às actividades agrícolas. Tentemos traçar o perfil deste grupo que funcionava como oposição à corrente filo-egípcia. Era uma Nobreza depositária dos valores morais e religiosos tradicionais, tendo como referência os ideais deuteronomistas. Era partidária da restauração da tradição da antiga Aliança, opondo-se às inclinações centralistas e sincréticas da Monarquia e dos sectores a ela ligados. Era constituída pelos chefes das famílias das províncias de Judá e detinha uma intervenção política decisiva, sobretudo nos momentos em que a sucessão dinástica estava em causa<sup>11</sup>. Fora ela que sustentara o nacionalismo josíaco; fora também esta Nobreza local (עם־הארץ, 'am ha-' areš)

que dirigira o processo de punição dos conspiradores que haviam assassinado Amon (640 a. C.) e que proclamara Josias rei de Judá (2 Rs 21,24); fora ainda esta Nobreza que preterindo Joaquim, mais velho, elevara Joacaz ao trono (609 a. C.). Aliás, a entronização de Joacaz traduzia-se na persistência da reforma nacionalista de Josias, numa política externa anti-egípcia que resultaria na invasão do país pelo Egipto e na substituição de Joacaz por Joaquim (609 a. C.).

A Nobreza provincial mostrava assim uma grande hostilidade para com o Egipto. Necao impusera ao país pesadas taxas (2 Rs 23,35; 2 Crón 36,3) que incidiram sobretudo na economia rural de um território já de si reduzido pelos Egípcios<sup>12</sup>. Este tributo imposto por Necao era diferente daquele que Josias impusera ao país (2 Crón 34,9; 2 Rs 22,4). Segundo Josefo, o imposto de Josias destinava-se à reparação do Templo e dependia do que cada um podia dispor<sup>13</sup>. Por outro lado, em 2 Crón 34,9, acentua-se bem o facto

<sup>10</sup> E. STERN, «Craft and Industry», in BENJAMIN MAZAR (ed.), *op. cit.*, p. 238.

<sup>11</sup> A. MALAMAT, «The last years of the kingdom of Judah», in BENJAMIN MAZAR (ed.), *The World History of the Jewish People*, IV — 1 — *The Age of the Monarchies: Political History*, Massada Press Ltd., Jerusalém, 1979, p. 206.

<sup>12</sup> JOHN BRIGHT, *A History of Israel*, SCM Press, Londres, s. d., p. 325.

<sup>13</sup> FLÁVIO JOSEFO, *op. cit.*, X, IV.

de as taxas impostas por Josias recaírem sobre todo o país, incluindo Jerusalém. O imposto de Necao penalizou sobretudo aqueles que retiravam os seus proventos da economia rural. Além do mais, realizando-se as campanhas militares, geralmente, em meses cujas condições climáticas eram mais propícias para a guerra<sup>14</sup>, coincidiam, normalmente, com a época das colheitas. É pois natural que isto desmotivasse e desmobilizasse até aqueles que retiravam o seu sustento da terra.

### III

A sociedade de Judá e, em particular, Jerusalém apresentavam, deste modo, clivagens que a enfraqueciam e que punham em causa a unidade do país e do Estado, sujeito à intervenção de todos estes grupos de pressão.

A agravar esta bipolarização da sociedade temos a crise da Monarquia, fenómeno que devemos analisar em dois planos: a) plano sincrónico; b) plano diacrónico.

a) Num plano sincrónico, a crise da Monarquia discute-se, fundamentalmente, em torno da polémica da (i)legitimidade de Sedecias e da sucessão dinástica.

A questão da (i)legitimidade de Sedecias agravava a tensão social e política pois, aprofundando as clivagens da sociedade de Judá em vésperas das invasões neo-babilónicas, contribuía para as hesitações do rei. Esta questão da legitimidade real encontrava eco em termos de *opinião das elites*. Os que defendiam a sublevação, propunham, do mesmo modo, o regresso do rei legítimo, Joyaquin (Jer 28,3-4). Mas Sedecias era considerado rei legítimo pelos Neo-babilónios:

«The king of Akkad moved his army into Hatti land, laid siege to the city of Judah (Ia-a-hu-du) and the king took the city on the second day of the month Addaru. He appointed in it a (new) king of his liking (...)»<sup>15</sup>.

O rei parece-nos um homem hesitante e dividido, forçado a tomar uma decisão política: sublevar-se ou aceitar a submissão a Nabucodonosor. Essa indecisão é a indicação clara das inúmeras

<sup>14</sup> R. DE VAUX, *op. cit.*, p. 63.

<sup>15</sup> J. B. PRITCHARD (ed.), *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament* Princeton University Press, Princeton, 1955, p. 564.

pressões, internas e externas, de que é objecto. A nível internacional, vários reinos instigavam Judá a integrar uma coligação anti-babilónica que contaria com o apoio do Egipto (Jer 27,2-3). Internamente, temia os sectores da *oposição*, aqueles que se tinham aliado à Babilónia (Jer 38,19) mas, por outro lado, sofria as pressões dos príncipes e temia-os também, como se depreende da entrevista de Jeremias com o rei (Jer 38,24-26).

A questão da sucessão dinástica é, para nós, a outra vertente do problema da crise da Monarquia. Efectivamente, a sucessão dinástica deixara de constituir um processo formal. Joaquim fora entronizado pelo rei do Egipto (2 Crón 36,4; 2 Rs 23,34) e Sedecias fora colocado no trono por Nabucodonosor (2 Rs 24,17; Crón 36,10). Já não era a relação do rei com Javé a determinar a sucessão dinástica mas sim forças exteriores a essa relação. Em suma, a sucessão dinástica dessacraliza-se, deixando de obedecer a regras formais que sempre a tinham motivado e passando a depender da conjuntura política internacional do momento.

b) O regime monárquico estava ligado à promessa deuteronómica de entrada na *terra*. A realeza assentava a unidade do país e esta dependia da íntima relação entre o povo, o território conquistado e prometido por Javé e a fé do povo em Deus. A realeza dependia assim deste trinómio vital: povo/território/fé em Javé.

Ora, os acontecimentos do final do período monárquico contrariavam este trinómio dinâmico. O povo, que após o Êxodo se concentrara e se estabelecera num território, parecia agora, por força da nova conjuntura política internacional, encaminhado para a dispersão, forçado a abandonar a *terra* quer pela fuga, quer através das deportações. O território, conquistado na Palestina, estava agora à mercê das grandes potências da época. Quanto ao terceiro elemento deste trinómio, a fé em Javé, constituía mais um aspecto que promovia uma clivagem profunda na sociedade. O *hinterland* montanhoso, a província, o povo do país eram depositários da tradição javista, opondo-se claramente ao litoral, às cidades, mais permeáveis às influências fenícias.

Com a desestruturação deste trinómio, a unidade e a coesão do país eram postas em causa e, consequentemente, a Monarquia deixava de ter razão de existir, agravando-se a tensão entre *Israel*, Estado político e *Israel*, comunidade unida em torno dos ideais decalógicos. Ora esta unidade antitética, que subsiste durante toda a Monarquia, constituía o fundo de toda a crítica profética.

O profetismo distanciava-se cada vez mais da Monarquia, acentuando o seu criticismo. De um lado, a instituição real, a Corte, os sectores dirigentes do país, do outro, o profetismo místico que agravava a crítica social, política e, em última análise, a própria Monarquia. Aos olhos dos profetas, deteriorava-se a relação entre o rei e Javé, relação essencial à legitimação do poder real. O salmo 72 permite-nos imaginar o perfil do rei ideal: o que governava o «povo com equidade»; o que protegia os «humildes» e esmagava os «opressores»; um rei assim faria perdurar o seu reinado «ao lado do sol e da lua pelas gerações sem fim». Mas, no fim do período monárquico, multiplicavam-se as injustiças sociais e o rei parecia não se importar com influências estranhas ao Javismo. O profetismo, que de início nos aparece ligado à realeza, distancia-se progressivamente desta, dirigindo-se agora, preferencialmente, ao povo. Aliás, repararemos como o livro que Jeremias ditou a Baruc nos revela uma leitura em três planos sucessivos: primeiro ao povo, no Templo; depois no Palácio real, aos Nobres; e finalmente, ao rei (Jer 36,10-24). Por outro lado, realce-se ainda a estratégia escolhida por Jeremias, a qual consistiu em fazer ler o livro primeiro no Templo, local privilegiado para que o povo o ouvisse e só depois no Palácio.

É claro que, em última análise, o discurso dos profetas destinava-se a ser ouvido pelo Poder mas o que pretendemos destacar é que a palavra inspirada já não era tão sonante junto do rei e da Corte. Pelo contrário, os «falsos profetas» pareciam encontrar grande receptividade na sociedade em geral e nos sectores dirigentes em particular, pois a sua mensagem era de optimismo e era, no fundo, a resposta aos anseios daqueles (Ez 13,9-16).

Jeremias estava mais distante do Poder do que os seus predecessores e o conflito aberto entre realeza e profetas acentuara ainda mais esse distanciamento. Assim, e apesar de mais distante e periférico relativamente ao Poder, o discurso profético continuava a ter como finalidade última o ser escutado e influenciar o rei e a Corte.

#### IV

Articulando-se com os aspectos que acabámos de desenvolver pensamos ser necessário discutir a oposição campo/cidade.

Paralelamente aos grupos económica e politicamente poderosos que agiam sobre a Coroa como influentes grupos de pressão, assis-



tiu-se ao crescimento de outros, mais humildes, que procuravam a sua autonomia. Era o caso de uma população urbana, constituída por um amplo espectro sócio-profissional, desde mercadores, passando por funcionários da administração real, artesãos e soldados profissionais. O que há de comum a todos estes grupos é a sua dependência do rei.

A cidade apresentava uma estrutura social e económica diferente da da província. Na cidade predominavam os grupos que dependiam de uma teia de relações económicas baseada sobretudo no comércio e nas indústrias. Na província eram as actividades agrícolas e uma economia essencialmente rural que prevaleciam.

Do ponto de vista político, esta oposição era também evidente. Enquanto na província a configuração tribal não deixou de vincar o tecido político e institucional do país, fazendo-se sentir como um sério limite à centralização do poder do rei, nas cidades o enfraquecimento das tribos e da sua malha político-institucional era muito mais evidente.

Esta oposição era ainda mais acentuada entre Jerusalém e o resto do país. Podemos mesmo definir esta oposição campo/cidade como uma das clivagens mais determinantes que feriam a sociedade de Judá no final do período monárquico, uma oposição desestruturante que minava a unidade e a coesão do país.

Em conclusão, é a conjugação destas clivagens que faz da sociedade de Judá uma sociedade profundamente dividida e bipolarizada, enfraquecendo-a e desmobilizando-a num momento em que o país necessitava de unidade. Estas clivagens eram de ordem estrutural, perpassando todo o período monárquico e atingindo o clímax nesta época, nos princípios do séc. VI a. C.

FRANCISCO CAMELO